



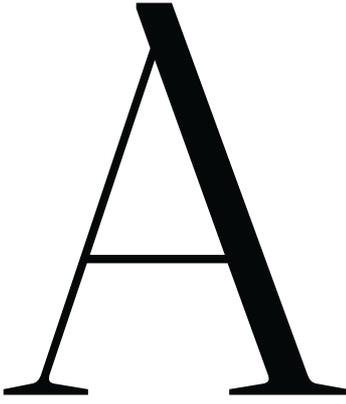
ID: 103140112

Rui Patrício — Advogado

“ No dia em que se propuser a ida do procurador-geral da República ao Parlamento para prestar contas será o fim do mundo ”

— POR CARLOS RODRIGUES LIMA TEXTO E MARCOS BORGA FOTO





A dramatização pública da Justiça é má, mas inevitável, admite Rui Patrício, 51 anos, um dos mais conceituados advogados penalistas e autor do livro *Depender da Bondade de Estranhos* (Almedina), no qual partilha o atual desencanto com o mundo do Direito, dos tribunais e do País.

O livro *Depender da Bondade de Estranhos* revela um jurista a atravessar uma crise de meia-idade: desencantado com o Direito, com os tribunais, com a comunicação social, com o mundo.

Diria que é uma boa síntese. Meia-idade é verdade, um bocadinho desencantado com algumas coisas, também. O que não significa que me sinta pessimista.

Diz que o Direito que aprendeu já não é o mesmo que se aplica hoje. O que quer dizer?

Em algumas coisas, já não é, porque a lei e a prática mudaram – a prática, em alguns processos e na forma como a sociedade os encara; já o processo penal, que aprendi e ensinei, tinha uma matriz de garantia, para conferir um conjunto de garantias perante o Estado à pessoa que é investigada. Isto perdeu-se na lei, com uma erosão de garantias, e na prática: no interior do processo e numa vertente externa, como a opinião pública vê as pessoas envolvidas, com uma presunção de culpa fortíssima.

Será uma evolução inevitável.

Mas acho que é negativa. Não se pode travá-la completamente, mas acho que se pode, passe a pretensão, alertar para algum excesso.

Excesso de quem: dos chamados operadores judiciários, do legislador?

Em primeiro lugar, do legislador. Legisla muito, demais, e algumas vezes mal, e vai muito atrás da espuma dos dias, sem pensar bem no que está a fazer e no modo como está a fazê-lo. Depois, os operadores judiciários vão atrás. Há uma certa exasperação forense, uma decisão que mais tem que ver com o ambiente que circula, e menos com o processo e o Direito. Por fim, a comunicação social, que é

em grande parte responsável. Escrutina e informa, o que é positivo, mas há uma grande espetacularização à volta de alguns processos, o que é negativo. **Outra inevitabilidade, tendo em conta as principais personagens desses processos?**

Certo. Totalmente de acordo, mas tudo o que é em excesso é negativo. Há um interesse que ultrapassa as fronteiras do que é informação, criando a espetacularização e não dando uma imagem real da Justiça, já que esta meia dúzia de processos não representa a realidade do sistema. Este fenómeno fez com que todos os cidadãos convivam diariamente com os processos, tornando-se algo familiar, e sobre os quais toda a gente acha que pode dar opinião.

E pode.

Pode, enquanto cidadão e não enquanto potencial legislador. Hoje, toda a gente opina enquanto potencial legislador, e esse é o problema. Podemos dar a opinião sobre o que se passa nos hospitais, mas não nos metemos no trabalho dos médicos. O cidadão comum, porque “convive” com os processos, acha que tem opinião sobre tudo e esquece-se de que o Direito também é uma ciência.

Mas não entrará aí a responsabilidade do sistema de Justiça, incapaz de comunicar e de contribuir para o esclarecimento dos cidadãos?

Também, mas não é o principal responsável. Neste caminho estreito, das representações da Justiça, ninguém está isento de responsabilidades. O sistema não sabe comunicar bem e, durante muitos anos, enterrou a cabeça na areia e achava que não tinha de comunicar, enquanto uns comunicavam de formas ínvias. Mas isso não isenta quem carrega nas tintas do espetáculo. Melhoramos muito em termos de escrutínio e informação e no desaparecimento de alguma opacidade. Às vezes, passamos a linha para o espetáculo. Meia hora sobre processos, todos os dias, nos telejornais é algo injustificado.

É porque há muitos processos.

Há, e muitas notícias. Somos um País com 11 milhões de habitantes, mais coisa, menos coisa, que tem vários canais de televisão e outros noticiosos 24 horas, além dos jornais, dos digitais, das rádios e revistas. Há todo um espaço que tem de ser preenchido. O País tem notícias para preencher esse espaço? Algumas notícias

sobre pessoas e processos relevantes não têm interesse nenhum. São quase uma novela.

Talvez esses processos, os grandes, se prestem ao papel de novela: muitos anos em investigação, outros tantos em instrução, mais uns quantos de julgamento. Isto dá uma novela.

Quem os faz grandes devia pensar nisso, quando os faz. Eles não precisam de grandes. Nada o obriga. Eles são grandes, têm de ser grandes perante a natureza das coisas. A pergunta é: precisam de ser tão grandes? Alguma coisa o obriga? É bom que sejam tão grandes? Não. Nada obriga a tal e não é preciso mudar a lei. Claro que o assunto em causa e os protagonistas contribuem para o interesse público. O que ponho em causa é o espetáculo, o *fait-divers*. E isto é demais.

Porque nenhum chega ao fim.

Como é que os processos podem chegar ao fim, quando alguns, fisicamente, nem caberiam nesta sala? Será que consigo ler todos os livros que estão nesta sala, numa semana? Não. Consigo ler quatro? Consigo, se tiver de os ler. É preciso gerir os processos de forma eficaz: por um lado, fazer a separação, como prevê a lei, e, por outro, alterar o paradigma do nosso sistema, mudando para o princípio da oportunidade e não, como acontece em alguns processos, fazendo-se investigação histórica a certos pedaços da História de Portugal.

Será o problema da Operação Marquês, se um dia o processo chegar a julgamento? Poderemos estar em 2023 a falar de factos de 2006, 2007, 2008.

Sem falar em concreto desse caso, mas, quando se tem um processo muito grande, há um problema de gestão. Não se espere, nem se exija, que uma coisa que foi tornada muito grande depois seja tramitada muito rapidamente.

Porque se insiste nos megaprocessos?

Porque se tem uma visão conservadora do princípio da legalidade, no sentido de que impede de escolher e obriga a investigar tudo. Segunda razão: em alguns casos, os megaprocessos dão um jeitão. Dou uma imagem: se estiver a investigar quatro bairros da cidade e tenho uma prova melhor sobre o bairro 1 e 2 e pior sobre 3 e 4, o que se pretende é um efeito de



Há várias coisas más na advocacia. O maior problema é o excesso de advogados. Toda a gente tem direito de ser o que quiser, só que não há trabalho para tantos advogados, o que leva a um discurso sindical. A profissão tem muitas pessoas em dificuldade

contaminação da prova para todos, tendo um efeito esmagador.

A seguir, os advogados reclamam igualmente tempo para as defesas.

É quando aparece toda a gente aos gritos, o que me irrita, a dizer que os processos são grandes por culpa das defesas. As defesas fazem o que têm de fazer, às vezes fazem até mais.

Também há mau uso das garantias, e isso acontece. O que não pode acontecer é usar isso como pretexto para acabar com as garantias. Se, num caso, se entender que houve excesso de recursos, parte-se logo para a discussão se não haverá recursos a mais.

E não há excesso de recursos?

Não, não posso recorrer do despacho de pronúncia. Posso recorrer de outros despachos, mas só sobem no final do julgamento, assim como o recurso da decisão. Na sua esmagadora maioria, os recursos têm efeito devolutivo, não suspendem a decisão em causa.

Está a esquecer-se da via do Tribunal Constitucional (TC).

Que não serve para nada.

Manuel Pinho ganhou um ano e meio só para se saber se a sua constituição como arguido no processo EDP foi ou não legal.

Em cada dez recursos para o TC, entra um. Na esmagadora maioria dos casos que entra, duram seis meses. Eu percebo que o cidadão comum não entenda isto, mas já não percebo que o legislador reaja como se fosse um cidadão comum e que altos responsáveis da Justiça façam um discurso como se também fossem cidadãos comuns. É claro que é mais fácil centrar a coisa nas alegadas patifarias dos advogados. Mas um tipo, passo o coloquialismo, leva com um processo que tem centenas de volumes e não há de ter possibilidade de defesa? Está há um ano à espera de julgamento? O arguido esteve dez à espera da acusação.

Uma forma de tentar resolver o problema dos megaprocessos e dos anos de investigação não passaria, ainda que com muitas cautelas, por pôr o procurador-geral da República a prestar contas ao Parlamento?

E isso não é um pouco a História de Portugal? Nunca nem ninguém é responsável por nada. A pergunta é importante, mas uma resposta afirmativa é arriscada, porque implica balancear a questão da autonomia do

Ministério Público (MP). Não é uma coisa que me repugne, mas não adiro sem pensar duas vezes. No entanto, tem um problema prático: no dia em que alguém propuser isso será o fim do mundo. Por muito menos, é o fim do mundo. Se, há pouco tempo, uma diretiva da procuradora-geral ia acabar com a autonomia, imagine-se prestar contas ao Parlamento.

Se os ministros da República, os diretores-gerais, as entidades reguladoras, o Banco de Portugal prestam contas ao Parlamento, porque o Ministério Público não presta contas, explicando a demora dos processos, a falta de meios, seja o que for?

Todos os envolvidos direta ou indiretamente no sistema de Justiça têm de prestar contas. O facto de se estar a fazer a pergunta é um grande avanço, é uma espécie de tema tabu, e quando é feita é chutada para canto. Prestar contas não significa consequências. Pode ser só esclarecer, o que é um exercício salutar numa sociedade democrática.

Terá que ver com uma cultura de opacidade na Justiça?

O português não é muito amigo de prestar contas. A Justiça tem uma dificuldade acrescida por três razões: uma cultura enraizada de reserva

face ao resto da sociedade, um mundo à parte; uma impreparação quase congénita para lidar com a informação, com perguntas, e associada ao sistema de Justiça está uma ideia de soberania que, ideológica e ontologicamente, não gosta de ser questionada. O nosso sistema funda-se na ideia de que o MP é uma magistratura; diferente, mas é uma magistratura; usa a mesma veste do que os juízes, senta-se ao mesmo nível do que os juízes, entra pela mesma porta e estuda na mesma escola. Ainda que subconscientemente, o MP acha que partilha da soberania dos juízes, e não partilha.

Além do desencanto com o sistema, com as leis, parece não partilhar os mesmos sentimentos com a advocacia.

Talvez por corporativismo. Tenho a humildade de reconhecer os defeitos que aponto aos outros. O maior problema da advocacia é haver advogados em excesso. Toda a gente tem o direito de ser o que quiser. O problema é que não há trabalho para tantos advogados. É natural que, devido a isto, haja muita demagogia e discurso sindical. Que a profissão tem muitas pessoas em dificuldade, isso é um facto.

Advogados que estão a ser consumidos e esmagados pelas grandes sociedades.

Não é bem assim. São todos advogados, seja em grandes sociedades seja em prática individual. Existe um anátema contra as grandes sociedades, mas também existe contra os políticos, empresários e poderosos. É normal que se ache que as grandes sociedades sejam centros de poder e de influência. Nesta vida já vi de tudo: centros de poder em grupos e em indivíduos. Isso é um mito.

Vai ter saudades do juiz Carlos Alexandre?

Nunca tenho saudades de nenhum juiz, procurador ou advogado. Há juízes e procuradores com quem gosto de trabalhar mais, outros com quem gosto de trabalhar menos.

Mas admite que o juiz marcou uma época no Tribunal Central de Instrução Criminal?

É evidente que deixou uma marca, à qual não se pode ficar indiferente. Era um juiz desafiante, trabalhei sempre muito bem com ele. Não tenho razões para festejar mas também não terei saudades. clima@visao.pt